

UM MAQUIAVEL DIFERENTE?

LUÍGI CASTAGNOLA

Universidade Federal do Paraná

Sumário: 1. Maquiavel: Tema polêmico. — 2. Perfil biográfico. — 3. O literato, o lingüista, o historiador. — 4. O pensador político: *Il Principe*. — 5. Considerações críticas.

1. MAQUIAVEL: TEMA POLÊMICO

Tanto nomini nullum par elogium. Tão insólito elogio está gravado, desde 1780, no monumento erguido sobre o túmulo de Nicolau Maquiavel (1469-1527), na Igreja de Santa Cruz, em Florença. Esse monumento é bom lembrar que foi levantado por iniciativa de dois estrangeiros, o inglês Lord Cooper e o grão-duque Pedro Leopoldo de Lorena.

Os Florentinos parecem primar no costume de perseguir ou menosprezar seus ilustres cidadãos quando vivos, e louvá-los desmedidamente quando mortos, após se tornarem vultos de fama universal. O caso de Dante parece repetir-se, de certo modo e embora em grau menor, também com Maquiavel. O primeiro foi despojado de seus direitos políticos, condenado à morte e banido do território de Florença; o segundo também foi afastado punitivamente e repetidamente de sua atividade política e condenado a viver fora da cidade, na sua quinta do Albergaccio.

Os dois famosos florentinos utilizaram seu desterro político para escreverem as obras que os tornariam afamados entre os homens e obrigariam seus cidadãos a se penitenciarem. Com efeito, Dante compôs no exílio a *Divina Comédia* e Maquiavel *Il Principe*.

Na literatura italiana é bem conhecido o fenômeno poético chamado **petrarquismo**: vasta e persistente corrente literária que se inspira na lírica cristalina, amorosa e suspirosa de Petrarca, imitando-a teimosamente, o mais das vezes de um modo não autêntico e, por isso mesmo, artificial. Na literatura da filosofia política — e na praxe política também — é mais conhecido ainda o fenômeno chamado **maquiavelismo**: palavra carregada de

múltiplas e confusas significações, mas que se costuma, habitualmente, usar para indicar um sistema de filosofia e técnica política conforme o qual tudo é considerado permitido e legítimo a fim de alcançar, conservar e aumentar o poder. E como com o petrarquismo amiúde se confunde Petrarca, assim com o maquiavelismo se confunde Maquiavel. Mas como é êrro grave confundir Petrarca com o petrarquismo, assim é grave êrro confundir Maquiavel com o maquiavelismo. "Explica-se, destarte, como Maquiavel foi diversamente julgado e sempre teve seus acusadores e seus defensores" (1).

Faz-se mister salientar, contudo, que o assunto versado em **Il Principe**, por si só, é mais do que suficiente para que Maquiavel continue sendo um tema polêmico no mundo da cultura.

A Igreja Católica, desde cedo, condenou as doutrinas políticas de Maquiavel, cujas obras foram todas incluídas no **Index** dos livros proibidos, em 1559. Apesar disto, os protestantes, nos agitados e agora longínquos primórdios de suas lutas religiosas com os católicos, quiseram ver em Maquiavel, sem nenhuma motivação justificável, mais um expoente das intransigentes teorias papistas. E, ainda hoje, "na língua inglesa — embora por brincadeira e sem mencionar-lhe a etimologia — é usada a locução **the old Nick**, o velho Nicolau, para indicar o diabo" (2).

Papini, no estilo marcante de sua prosa conhecidamente desabrida, lembra que "a mais famosa confutação do **Principe** foi escrita por aquêle imundo (3) rei prussiano, Frederico o Grande, que ampliou seu reino à força de traições e foi o primeiro autor do desmembramento da Polônia" (4).

Por outro lado, o ensinamento político de Maquiavel nunca foi esquecido, e homens de governo entre os mais célebres leram com atenção Maquiavel. Entre êles mencionamos Carlos V, na Espanha; Catarina de Médicis e Richelieu, na França; Cristina, rainha da Suécia.

Na segunda década do século XVII, Trajano Boccalini faz uma defesa original de Maquiavel. Em seus maliciosos e paradoxais **Ragguagli di Parnaso** faz com que o próprio Maquiavel se defenda diante do tribunal de Apolo. E' uma defesa fantástica, travessa e, afinal, inútil, pois Maquiavel acaba sendo condenado pelos sisudos magistrados da corte do Parnaso; mas ela nos faz conhecer o que pensava Boccalini, e muitos outros de sua época, a respeito de Maquiavel. Eis o trecho mais característico:

1) Rosário TOSTO, **História da Literatura Italiana**, tradução de Luígi CASTAGNOLA, Petrópolis, 1963, vol. II, p. 49.

2) Mário BONFANTINI, em **La Letteratura Italiana — Storia e Testi**, Milão, 1954, vol. 29, p. XV.

3) Papini escrevia em 1916, durante a primeira guerra mundial.

4) Giovanni PAPINI, **Opere-Ritratti Italiani**, Florença, 1944, vol. XII, p. 95.

"Eis aqui presente, ó Sire dos literatos, aquêle Nicolau Maquiavel que foi condenado como sedutor e corruptor do gênero humano e como semeador de escandalosos preceitos políticos. Eu, no entanto, não pretendo defender meus escritos; antes, sou o primeiro a condená-los e acusá-los públicamente como ímpios e cheios de cruéis e execrados ensinamentos de governar os estados. De modo que, se a doutrina que dei à imprensa é invenção de minha cabeça e são preceitos novos, peço que, agora mesmo, seja executada contra mim, irremissivelmente, a sentença proferida pelos juízes. Mas se meus escritos encerram tão-somente os preceitos políticos e aquelas normas de governar os estados que eu tirei das lições de alguns príncipes (que se Vossa Majestade me der licença, chamarei pelo nome neste lugar), dos quais não se pode falar mal sem correr perigo de morte, que justiça é essa que pretende sejam considerados sacrossantos os que inventaram a louca e maldita política escrita por mim, e eu, que apenas a publiquei, deva ser tido por ribaldo e ateísta? Pois, na verdade, não estou vendo a razão pela qual seja bem feito adorar como santo o original, e atirar à fogueira a sua cópia como sendo coisa execrável" (5).

Paulatinamente o pensamento e as obras de Maquiavel entraram a fazer parte do mundo da cultura, e lá estão encaixados como alvo de polêmicas sempre renascentes. Em tempos mais próximos de nós, foi abandonado o costume de condenar fanaticamente Maquiavel; como que por reação, apareceram outros sim, de vez em vez, habilidosas tentativas de reabilitação, escritas por autores mais desejosos de incensar determinados sistemas de governos totalitários do que movidos por interesses de pura investigação científica. Tentativas de reabilitação inspiradas, por vezes, em filosofias idealistas que pressupõem, ilusoriamente, ser a política separada da ética. Assim, Raya e Russo, por exemplo, falam de Maquiavel como do descobridor da técnica política (6). Sansone, na esteira da filosofia crociana, afirma que "cabe a Maquiavel, na história do espírito moderno, o mérito de ter fundado a ciência política, e não no sentido de que êle, por primeiro, se tenha voltado para os problemas do estado, mas no sentido de que êle, por primeiro, entendeu a política como **distinta da moralidade** e autônoma com respeito a ela" (7). Constituem uma clara apologia da política maquiavélica as palavras seguintes: "Os preceitos "não matar" e "não roubar", que são os pilares de toda ética, são inadmissíveis em política. Aplicados ao pé da

5) Traiano BOCCALINI, *Ragguagli di Parnaso*, Cent. I, ragg. 89.

6) Cf. Gino RAYA, *Storia della Letteratura Italiana*, Milão, 1953, p. 292; Luigi RUSSO, *Antologia Machiavellica*, Florença, 1931.

7) Mário SANSONE, *Storia della Lettaratura Italiana*, Milão-Messina, 1957, ps. 196-197.

letra, significariam a condenação e a abolição da guerra, que é a própria vida do Estado... O delito político não é, propriamente falando, um delito. A moral o incrimina com a sua lei; a política o exculta em virtude de uma outra lei, que é a da salvação do Estado" (8).

Por mais habilidosas que sejam estas formas polêmicas de defesa de Maquiavel, não conseguem convencer. A fim de ter certeza disto, é suficiente ler o capítulo quinto de **Lineamenti di Filosofia Politica**, que Petruzzellis dedica ao maquiavelismo (9). Gonella, atacando frontalmente a estatalatria contida na passagem de Maggiore, pouco acima relatada, escreve com veemência: "Estas palavras, que, se não fôssem ditas a sério, poderiam caricaturar muito bem o maquiavelismo, servem para evidenciar, de forma crua, o absurdo do divórcio entre política e ética, pondo a nu as mais repugnantes e grotescas consequências dêsse divórcio" (10). Uma voz abalizada levanta-se na Alemanha dêste após-guerra para não aceitar as doutrinas maquiavélicas e recusar as tentativas de sua defesa. É uma voz preciosa, porque vem carregada da experiência trágica de quem viveu momentos políticos que bem se poderiam dizer inspirados em Maquiavel. "Schopenhauer e outros foram de opinião, que Maquiavel só se ocupou com a técnica, política como tal, não com a problemática ética (...). Mas nem é êsse o sentido do **Príncipe**, nem a posteridade assim entendeu o livro. Maquiavel recomendou, de tôdas as formas, na atividade política e prática, meios imorais e fins imorais (...). Maquiavel se deixa absorver, sem quaisquer escrúpulos, pela utilidade política. E, tendo sempre em vista a utilidade política e considerando-a decisiva, sugere êle aquela separação moderna da política da moral, que deu ocasião a tantas infâmias e atrocidades (...). Poderíamos desenvolver uma técnica da propaganda, da fabricação da moeda falsa, do gôzo, do luxo e de coisas semelhantes. De tal modo tudo escaparia à moral, mesmo a vida privada, só para a qual ela deveria servir, segundo querem muitos. Ora, a moral ou é uma regra para tôdas as ações humanas, absolutamente e sob tôdas as formas, ou ela não é nada. Maquiavel era cego perante a universalidade dos princípios morais. E aí está um fundamental e, como cremos, errôneo pressuposto do maquiavelismo" (11). Outra voz, não menos autorizada, levanta-se na França e ecoa pelas

8) G. MAGGIORE, **La Politica**, Bolonha, 1941, ps. 31-32.

9) Nicola PETRUZZELLIS, **Lineamenti di Filosofia Politica**, Bari, 1951, ps. 108-135.

10) Guido GONELLA, **Bases de uma Ordem Social**, tradução de Afonso J. ROCHA, Petrópolis, 1947, p. 152.

11) Johannes HIRSCHBERGER, **História da Filosofia Moderna**, tradução de Alexandre CORREIA, São Paulo, 1960, ps. 62-63.

universidades norte-americanas contra a concepção maquiavélica da vida política. "Não nos deixemos enganar pela sofística maquiavélica. Dizem os maquiavélicos que a justiça e o respeito pelos valores morais significam fragilidade e destruição, e que a força só vale quando é levada a padrão supremo da existência política. Isto é falso. Não sómente, como vimos, é o mal incapaz de ter êxito com o decorrer dos tempos, bem como a força igualmente se enfraquece quando não se apóia na justiça; — mas é fato que, aqui e agora, a força **pode existir** juntamente com a justiça, e o poder das nações que lutam pela liberdade pode mesmo ser maior do que o das nações que lutam pela escravidão. A segunda guerra mundial foi disso uma prova" (12).

Pelo visto, Maquiavel foi e continuará a ser tema polêmico. Os motivos e a origem destas polémicas prendem-se ao fato de que **Il Principe** trata de problemas que os homens resolvem diferentemente, conforme os ventos políticos que sopram. Também deve ser procurada a fonte de tanta polêmica maquiavélica no fato de que tão freqüente e errôneamente se confunde com Maquiavel o maquiavelismo: palavra proteiforme que, de vez em vez, é tomada para significar, como bem salientou um filósofo da atualidade, ora "o pensamento de Maquiavel, por alguns reduzido, mais ou menos orgânicamente, a sistema; ora o pensamento dos continuadores e apologistas de Maquiavel; ora a praxe política que remonta, com razão ou sem razão, a Maquiavel" (13).

Tudo isto vem mostrar, afinal, que a figura de Maquiavel, sem dúvida avultante no mundo da cultura, está ainda envolvida em confusões. O quinto centenário do nascimento de Maquiavel oferece oportunidade para investigações e esclarecimentos sobre a verdadeira fisionomia do secretário florentino. Embora duvidando que Maquiavel deixe de continuar a ser um tema polêmico sempre vivo e apaixonante, o estudo sereno e objetivo dos problemas por él versados, hoje como ontem tão prementes para a paz e o progresso entre os povos, poderá levar êstes a terem um conhecimento mais consciente e amadurecido de como podem ser resolvidos, humanamente e não selvajamente, os graves e grandes conflitos da convivência social. Poderá, também, reduzir às justas proporções "a fama de canalha" que Maquiavel granjeou na opinião dos que, lendo seus livros, viram "neste florentino claro e séco, sob aparências humanas, o Belfagor de sua novela, ou algum outro **arcediabo** vindo do inferno à terra a malícia mostrar" (14). Destarte, também Maquiavel poderá ter contribuído, com suas doutrinas tão cruéis, para o melhoramento da humanidade.

12) Jacques MARITAIN, **O Homem e o Estado**, tradução de Alceu Amoroso LIMA, Rio de Janeiro, 1959, p. 75.

13) Nicola PETRUZZELLIS, **ob. cit.**, p. 108.

14) Giovanni PAPINI, **ob. cit.**, ps. 88-89.

2. PERFIL BIOGRÁFICO

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, em 1469. Sua família pertencia, provavelmente, à pequena nobreza (15); alguns de seus antepassados foram magistrados da república florentina. O pai foi jurisconsulto; a mãe era mulher culta e religiosa. Embora pouco se saiba a respeito de sua mocidade, teve, por certo, uma boa formação humanística. Estudou porque quis e não porque o mandaram estudar. Daí sua cultura ser um tanto fragmentária e limitada aos assuntos que o interessavam, sendo êsses os de história, política e literatura.

Tinha nove anos quando estourou a conjuração dos Pazzi, em que foi apunhalado e morto, na igreja de Santa Maria del Fiore, Julião de Médicis (1478), e viu enforcados nas janelas do Palácio do Governo três dos conjurados. Passou a mocidade em Florença, durante o governo de Lourenço o Magnífico, que foi uma época de esplendor político e literário. Ia crescendo e interessando-se pelas coisas públicas, que entraram numa situação trágica logo depois da morte de Lourenço de Médicis, a qual se deu no mesmo ano da descoberta da América (1492). Em 1494, Carlos VIII desceu à Itália e ocupou Florença; o povo, revoltado contra os Médicis, expulsou-os do poder (1494); as tropas francesas atravessaram e pilharam a Itália, causando desordens por toda parte; em Florença era proclamada a república popular, orientada espiritualmente pelo famoso frade dominicano Jerônimo Savonarola (1494). Nem assim a cidade teve paz. As lutas partidárias e a firme atitude de Savonarola contra o papa Alexandre VI tiveram um dramático desfecho: a morte de Savonarola na fogueira, numa praça de Florença (1498). Maquiavel presenciou êsses acontecimentos. Em 1498, pressionado também pela sua precária situação econômica, mas acima de tudo levado pelo desejo de tomar parte na política, Maquiavel solicitou um emprêgo ao governo republicano. Foi nomeado então secretário da segunda Chancelaria. Ingressou destarte na política ativa, "cibo che **solum** é mio e che io nacqui per lui" (16), conforme escreveu ao embaixador Francisco Vettori seu amigo.

Foram diversos os encargos que recebeu, mas todos de não muita importância; sempre foi um subalterno. "Sua vida foi, em substância, medíocre e sua atividade quase insignificante" (17). O fato de ter morrido na miséria, depois de ter dedicado quase toda a sua vida à política, vem mostrar a natureza especulativa

15) Cf. Rosário TOSTO, *Storia della Letteratura Italiana*, Florença, 1951, vol. I, p. 76, nota (1).

16) Niccolò MACHIAVELLI, *Opere*, na coleção *La Letteratura Italiana — Storia e Testi*, Milão, 1954, vol. 29, p. 1111.

17) Rosário TOSTO, *op. cit.*, p. 85.

e idealista de sua atividade política. Mencionamos êsses encargos e essas missões diplomáticas porque foram ocasiões que o levaram a escrever a maior parte de suas obras. O que vem mostrar ainda que Maquiavel não foi, propriamente, um literato de profissão.

O primeiro encargo que recebeu o "secretário florentino" foi de ir junto de Appiani, governador de Piombino, que Florença desejava ter como aliado político. A ordem era de fazer muitas promessas, sem tomar nenhum compromisso. Em 1499, mais ou menos com as mesmas finalidades, é enviado junto de Catarina Sforza, condessa de Ímola e Forlì.

De volta a Florença, tem que se ocupar com a guerra contra a cidade de Pisa e escreve o **Discorso sopra le cose di Pisa** (1499). As desordens das tropas mercenárias francesas na guerra contra Pisa foram o motivo de sua ida à França, para exigir que Luís XII tomasse providências. Tendo conseguido sómente vagas promessas, voltou a Florença desgostoso com os franceses, e convencido de que um estado, para ser forte e defender seus direitos, não deve assoldadar milícias estrangeiras, mas possuir um exército nacional. Essa idéia nunca mais será abandonada por Maquiavel.

No meio de outros modestos encargos, achou o tempo para se casar com Marieta Corsini (1502), que ele considerou espôsa fiel e afetuosa.

Entrementes César Borja, o célebre duque Valentino, ocupa uma parte do território da república florentina, contra a qual se levantam também Arezzo e os povos do Vale de Chiana. Maquiavel é enviado junto do duque para negociar e escreve **Del modo di trattare i popoli della Val di Chiana ribellati** (1502). Volta de novo junto do Valentino (1502-1503), com a ordem de ficar olhando e informar o governo da república. Maquiavel conhece então de perto o cruel Valentino e admira sua extraordinária decisão em resolver os negócios políticos e militares. Presenciou algumas das façanhas do duque; pareceram-lhe admiráveis e muito o impressionaram. Entre outras, viu a matança de Senigália em que o Valentino, com o mais frio cinismo, mandou executar pro ditoriamente alguns inimigos. O fato pareceu a Maquiavel "raro e admirável" e contou-o na obrazinha **Descrizione del modo tenuto dal Duca Valentino nello ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il Signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini** (1503).

Já em Florença, compôs o **Discorso sopra la provvisione del danaio** (1503), cujo assunto é de caráter financeiro. No começo, entretanto, fala do perigo em que se acha um país desarmado, obrigado a recorrer a tropas mercenárias para se defender.

Em fins de 1503 foi enviado a Roma para observar o andamento do conclave, após a morte de Alenxadre VI. No ano seguinte vai a Lião a fim de solicitar a intervenção da França

contra os espanhóis e os venezianos que punham e dispunham na Itália. Nada conseguindo, volta a Florença e ocupa-se com a guerra contra Pisa. Entremes escreve o **Decennale primo** (1504), uma cronística em tercetos sobre os acontecimentos de 1494 até 1504.

Maquiavel continua com a idéia fixa de que Florença deve ter um exército próprio e, afinal, consegue ganhar a aprovação do governo. Entre 1505 e 1507, forma o primeiro exército da república e escreve o **Discorso dell'ordinare lo Stato di Firenze** e o **Discorso sopra l'ordinanza milizia fiorentina**. E' criada uma nova magistratura, que nós, hoje, chamaríamos de "ministério da guerra", da qual Maquiavel, naturalmente, é nomeado secretário. E' preciso dizer que a idéia de Maquiavel encontrou sérias dificuldades, também por ser o povo hostil ao alistamento obrigatório. O tempo, entretanto, devia mostrar o quanto estava certo Maquiavel. Hoje em dia não há mais país que não tenha seu exército nacional e desapareceram as tropas mercenárias, tão comuns naquela época.

Em 1507, atravessando a Suíça, alcança a corte de Maximiliano da Áustria, que devia ir à Itália para ser coroado imperador. Teve assim a oportunidade de conhecer os costumes e as cidades da Germânia e escrever o **Rapporto di cose della Magna** (18).

Em Florença, mais uma vez, tem que se ocupar com a guerra de Pisa; a cidade, completamente exausta, acaba por render-se (1509). O mérito de Maquiavel estava fora de dúvidas; mas o governo florentino achava que não se devia dar tanta importância a um simples secretário. No mesmo ano, foi enviado a Mântua, para pagar uma quantia que Florença devia ao imperador Maximiliano, e escreveu a primeira parte do **Decennale secondo** (1504-1509), que ficou inacabado.

Com a finalidade de abrandar a tensão entre o papa e o rei Luís XII, em 1510, foi enviado à França. Estudou então de perto os costumes dos franceses, para com os quais não tinha simpatia, e julgou-os maus políticos, "umilissimi nella cattiva fortuna, nella buona insolenti". Condensou suas experiências nos **Ritratti delle cose di Francia** (1510). Estava de novo na França no ano seguinte, a fim de tornar amistosas as relações entre o papado e o rei francês, conforme o interesse político de Florença mandava.

Os Médicis, que nunca mediram esforços para voltar ao governo de Florença, conseguiram retomar o poder em 1512. Maquiavel iludia-se pensando que o deixariam continuar no seu cargo. Mas os novos senhores tinham opinião diferente. Foi êle afastado completamente da vida política; até foi preso e tortu-

18) Mais tarde, Maquiavel modificou a obra, dando-lhe o título seguinte: **Ritratti delle cose dell'Alemagna** (1512).

rado e, finalmente, condenado ao destérro. Abalado, triste e pobre, retirou-se para a sua quinta do Albergaccio. Na solidão e na miséria do exílio, Maquiavel escreveu as duas obras que lhe dariam fama entre os homens: **Il Principe** (1513) e os **Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio** (iniciados em 1513, mas acabados mais tarde).

No exílio político, Maquiavel consumia-se de mágoa e saudade, recorrendo a amigos porque interpussem seus bons ofícios junto dos Médicis a fim de que êstes lhe dessem alguma ocupação, nem que fôsse a de "voltolare un sasso". Uma das finalidades visadas com a composição de **Il Principe**, foi, sem dúvida, a de ser convidado a tomar parte de novo na política. Para ter certeza disto é suficiente ler as últimas palavras da dedicatória "ao magnífico Lourenço de Médicis" (19):

"Se Vostra Magnificenzia dallo apice della sua altezza qualche volta volgerà gli occhi in questi luoghi bassi, conoscerà quanto io indegnamente sopporti una grande e continua malignità di fortuna" (20).

Em 1519, por instância do papa Leão X (21), escreveu o **Discorso sopra il riformare lo Stato di Firenze**. Paulatinamente, o exílio de Maquiavel ficou mais brando; o escritor podia voltar a Florença de vez em quando, visitar os amigos e o círculo de estudiosos "Orti Oricellari", na casa dos Rucellai.

Finalmente, em 1520, o governo medíceo enviou Maquiavel a Lucca, confiando-lhe uma modestíssima missão diplomática, que ocasionou a composição do **Sommario delle cose della città di Lucca e da Vita di Castruccio Castracani**. Também de pouca monta foi a missão de observador junto do capítulo franciscano, em Carpi, que Maquiavel, zombeteiramente, definiu "a república dos tamancos". Mais importante, ao invés, foi a incumbência recebida do Estudo Florentino (22), por sugestão de Júlio de Médicis, de escrever "os anais ou então a história das coisas feitas pelo Estado e cidade de Florença, desde o tempo que lhe parcesse mais conveniente e em língua latina ou toscana, conforme êle quisesse". Nasceram, assim, as **Istorie fiorentine**, que, em 1525, Maquiavel apresentava a Júlio de Médicis, já eleito papa com o nome de Clemente VII.

Maquiavel entrava de novo na política e sua atividade foi bastante intensa; mas uma nova tempestade pairava sobre a Itá-

19) Lourenço de Médicis, duque de Urbino, que não deve ser confundido com Lourenço o Magnífico.

20) Palavras que encerram a dedicatória de **Il Principe**.

21) Giovanni de' Medici, filho de Lourenço o Magnífico; tornou-se papa e tomou o nome de Leão X.

22) Ainda hoje a Universidade de Florença conserva oficialmente êste nome.

lia e Florença. As tropas de Carlos V e os arcabuzeiros de Frundsberg põem a península mediterrânea a ferro e fogo; Roma é devastada pelo terrível saque de 1527 (23).

Em Florença, o povo levanta-se contra os Médicis, arranca-lhes o poder e proclama a república (1527). Maquiavel, que havia colaborado de certo modo com os Médicis, foi privado de todos seus encargos. Profundamente desiludido, entristecido e doente, falecia poucos dias depois. Pedro, um de seus filhos, dando a notícia a um parente, escreve: "Faleceu Nicolau, nosso pai... Confessou seus pecados a frei Mateus, que lhe fêz companhia até a morte. O nosso pai nos deixou na máxima pobreza".

3. O LITERATO, O LINGÜISTA, O HISTORIADOR

Nem todos concordarão com Papini, quando afirma que "entre todos os prosadores italianos de todos os séculos e de tôdas as cidades, Nicolau Maquiavel é, sem permissão de réplica, o maior" (24). No entanto é de se convir que Maquiavel deve sua fama não à sua atuação política, mas às obras que escreveu (25).

Esse escritor, diz Rosário Tosto, relatando o que nos transmitiram os biógrafos, era "de estatura normal, magro, de rosto pálido e cabelo preto, de olhos também pretos e extremamente vivos. Os que o conheciam achavam-no sábio e prudente, alegre e amável, amiúde arguto e zombeteiro, por vêzes frívolo em sua vida particular, mas muito sério no cumprimento de seus deveres públicos. Sob a máscara do político e do diplomata, aparentemente frio, cínico e indiferente, houve sempre nêle um espírito rico de sentimento e amante da pátria, disposto a sofrer, a esperar e a se iludir com grande ingenuidade. Por isso, nascera

23) Minuciosa análise histórica daqueles tempos dramaticamente agitados fêz um erudito historiógrafo da Universidade Federal do Paraná. Cf. Cecília Maria WESTPHALEN, *Carlos-Quinto (1500-1558) — Seu Império Universal*, Curitiba, 1955, ps. 99-151.

24) Giovanni PAPINI, *ob. cit.*, p. 97.

25) Obras de Nicolau Maquiavel: *Discorso sopra le cose di Pisa* (1499); *Del modo di trattare i popoli della Valdichiana ribellati* (1502); *Descrizione del modo tenuto dal duca Valentino nello ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini* (1503); *Discorso sopra la provvisione del danaro* (1503); *Decennale primo* (1504); *Relazione sulla istituzione della nuova Milizia* (1506); *Ritratti delle cose dell'Alemagna* (1508-1512); *Decennale secondo* (1509); *Ritratti delle cose della Francia* (1510); *Il Principe* (1513); *Discorsi sopra la prima deca di T. Livio* (começados em 1513); *La Mandragola* (1513); *L'Asino d'oro* (1517); *La Clizia* (1517); *Discorso sopra il riformare lo Stato di Firenze* (1520); *Sommario delle cose della città di Lucca* (1520); *Vita di Castruccio Castracani* (1520); *Dell'arte della guerra* (1520); *Istorie fiorentine* (acabadas em 1525). O *Dialogo sulla lingua* e a *Novella di Belfagor* foram compostos antes de 1516, conforme a opinião de críticos autorizados.

não para a ação, como élle pensava, mas escritor e pensador, mais apto a estudar do que a fazer política" (26).

O ambiente da culta Florença, em que viveu, facultou-lhe adquirir bons conhecimentos lingüísticos e literários. Apesar disso, sua língua conservou sempre algo de popular; nem por isso ficou prejudicada a elegância de sua expressão rápida e nervosa.

Bom conhecedor do latim, lia com facilidade as obras dos autores romanos, especialmente as de Tácito e Lívio, cujo reflexo pode ser encontrado na estrutura de seu período conciso e abundante em subordinações.

A vida pública, a freqüentação de homens doutos e poderosos, o contato com os governantes, o manejo dos negócios foram uma lição contínua para Maquiavel, e ofereceram-lhe rica matéria para a reflexão. O estudo da história romana colocou-o em contato com um mundo diverso e distante e proporcionou-lhe a oportunidade de comparar os modernos com os antigos. Maquiavel parece ter maior admiração e simpatia pelo mundo antigo.

Os assuntos históricos e políticos, e os que com êles se relacionam, foram os que atraíram êsse escritor. A porção maior e melhor de sua produção literária é, por conseguinte, dedicada a êles, como é fácil de se ver, percorrendo a lista dos títulos de suas obras.

No entanto, Maquiavel dedicou-se também à literatura de ficção, escrevendo sonetos, cantos carnavalescos, capítulos em tercetos, a novela de Belfagor, o modesto poemeto **Asino d'oro**, duas comédias, das quais uma — **La Mandragola** (1513) — é especialmente louvada pela crítica mais abalizada. Além disso, escreveu muitas cartas, algumas para tratar de negócios públicos, outras para manifestar seus sentimentos íntimos aos amigos e aos familiares. Enfim, é preciso mencionar ainda o **Dialogo sulla lingua** (1514?).

E' evidente que o valor literário de todos êstes escritos varia muito, ainda que sua linguagem conserve sempre o timbre característico da prosa maquiavélica. Mais cuidada e literária é a prosa dos **Discorsi** e das **Istorie fiorentine**; seca, nua, cortante a de **Il Principe**. Característica geral da prosa maquiavélica é a falta de estudas ornamentações literárias. O autor vai atrás da matéria, da coisa, não da palavra. E' fácil de se entender como a sua prosa não exerça grande atração sobre os moços, mas capte a atenção do homem adulto e amadurecido pela experiência das coisas humanas.

Por ser um escritor extremamente temperamental, pessoal, Maquiavel carece de imitações estilísticas; e visto que, acima de

26) Rosário TOSTO, **História da Literatura Italiana**, tradução de Luigi CASTAGNOLA, cit., p. 38.

tudo, queria ser entendido por todo o mundo, usou uma língua popular, depurada pela habilidade de quem possuía formação humanística e tinha a consciência e a vontade de ser escritor. A parte lexical da linguagem de Maquiavel é bastante tradicional. Giacomo Devoto afirma com autoridade: "A sua morfologia não é nem tradicionalista, aderente aos moldes de Boccaccio, nem anarcóide. Ela aceita uma fonte, a florentina popular" (27).

Maquiavel teve consciência de sua atuação literária e, também por causa disto, interessou-se pela questão da língua — um assunto polêmico em que tomaram parte todos os escritores importantes de Quinhentos. Desfraldou a bandeira do "florentinismo", tornando-se um dos mais decididos fautores desta corrente. Para defender o seu ponto de vista, escreveu o **Discorso ovvero dialogo in cui si esamina se la lingua in cui scrissero Dante, il Boccaccio e il Petrarca si debba chiamare italiana o fiorentina**.

Maquiavel chama de "pouco honestos" os que pretendem chamar de "língua toscana" a língua usada pelos escritores da península italiana, e de **inonestissimi** os que pretendem chamá-la de "língua italiana". Pois, a língua que usaram os Trecentistas era a língua florentina, os que imitaram os Trecentistas usaram o florentino; por conseguinte, a língua usada pelos literatos peninsulares, em qualquer lugar eles se encontrem, visto que imitam os trecentistas florentinos, deve ser chamada, com justiça, língua florentina, e não língua italiana, nem língua toscana, nem língua das cortes. Os argumentos de Maquiavel, discursando sobre esta famosa questão, não carecem de lógica e de valor, no conjunto; apesar de tudo isto, a história consagrou a expressão "língua italiana" (28).

Maquiavel foi também historiador. Versam assuntos históricos: **Decennale primo, Decennale secondo, Vita di Castruccio Castracani, Iстorie fiorentine**. Os dois primeiros escritos, em tercetos, têm escasso valor histórico. A **Vita di Castruccio Castracani** levantou críticas e polêmicas diversas; de fato, não respeita muito a verdade e aproxima-se da biografia romanceada, à maneira das célebres vidas plutarquianas. De sorte que o valor de Maquiavel, como historiador, está ligado às **Iстorie fiorentine**.

Esta obra, em oito livros, parte da época das invasões bárbaras e chega até o ano de 1492, isto é, até a morte de Lourenço o Magnífico. A crítica histórica demonstrou que Maquiavel nem sempre relata os fatos com respeito da verdade; às vezes até altera ou falseia os acontecimentos de propósito "para achar

27) Giacomo DEVOTO, **Profilo di Storia Linguistica Italiana**, Florença, 1960, p. 82.

28) Cf. a obra fundamental de Bruno MIGLIORINI, **Storia della Lingua Italiana**, Florença, ps. 351-352.

nêles uma demonstração e exemplificação das suas teorias sobre a política e a vida humana" (29). Seja como fôr, trata-se de uma obra preciosa, também porque ajuda a compreender melhor a mentalidade de Maquiavel em julgar fatos, homens e acontecimentos.

4. O PENSADOR POLÍTICO: **IL PRINCIPE.**

O pensamento político de Maquiavel está contido, especialmente, nos **Discorsi** e no **Principe**. Examinaremos sómente o conteúdo do **Principe**, por ser mais importante e conter, implicitamente, todo o pensamento político de Maquiavel.

Il Principe não é um tratado de filosofia política. Nem Maquiavel é, na verdade, um filósofo da política. É tese exaustivamente demonstrada por Nicola Petruzzellis que Maquiavel, se falarmos com rigor de têrmos, não é um filósofo, nem sequer da política, por faltar-lhe a visão universal das coisas, exigência imprescindível para construir qualquer filosofia.

Il Principe é um pequeno volume, em vinte e seis capítulos, composto em 1513, durante o exílio político, na sua casa de Sant'Andrea in Percussina. Na dedicatória ao Magnífico Lourenço de Médicis, Maquiavel afirma que não pode oferecer-lhe coisa mais valiosa; pois, o volume contém "la cognizione delle azioni degli uomini grandi imparata da me con una lunga esperienzia delle cose moderne e una continua lezione delle antiche" (30). Na primeira parte (I-XI), Maquiavel trata das diversas formas de estados — ou principados —, dos diversos modos de conquistá-los e governá-los; na segunda (XII-XIV), trata das milícias mercenárias, auxiliares, mistas e nacionais; na terceira (XV-XXV), da arte de governar; no último capítulo é contida uma exortação aos Italianos a fim de que cerrem fileiras em volta da casa dos Médicis para libertar a península dos povos invasores.

I. Todos os estados são repúblicas ou principados. Estes últimos são hereditários ou novos ou mistos. Os estados se podem conquistar combatendo com milícias próprias ou de outrem, ou então pela virtude ou pela fortuna.

Deixando de lado as formas republicanas de governo, das quais falou nos **Discorsi**, Maquiavel passa a tratar sómente dos principados. Nos estados hereditários encontram-se menores dificuldades do que nos novos, porque o príncipe hereditário tem menor ocasião de ofender, graças à continuidade do domínio.

As dificuldades estão nos estados novos ou mistos, pelo fato de que o povo conquistado, quando vê que sob o príncipe novo passa pior do que antes, se revolta. Vê-se então o príncipe

29) Rosário TOSTO, **ob. cit.**, p. 47.

30) **Il Principe** — Dedicatória.

obrigado a ofender os súditos, para manter o estado, sem poder tomar medidas enérgicas contra os que o ajudaram na conquista, por ser-lhes obrigado. Quando os estados têm a mesma língua e pertencem à mesma província, é fácil conservá-los, e para possuí-los firmemente basta eliminar a dinastia do príncipe que os dominava antes. Quando têm língua, costumes e organizações diferentes, a melhor providência é o príncipe ir habitar nêles, ou enviar colônias, ou mandar tropas estáveis. E' melhor mandar colônias do que tropas; pois, estas custam muito, empobrecem o príncipe e ofendem muita gente, ao passo que as colônias custam poucos e ofendem uma parte mínima da população. Os poucos ofendidos e despojados, ficando pobres e dispersos, não podem vingar-se. Com efeito, os homens se devem acariciar ou eliminar, porque, quando a ofensa é pequena, êles se podem vingar, mas se forem eliminados de uma vez nada mais podem êles fazer. E' preciso ainda que o príncipe se torne amigo e defensor dos vizinhos pouco poderosos, enfraqueça os habitantes mais influentes, e de maneira alguma permita que entre naquele estado conquistado um outro príncipe tanto poderoso quanto êle. E' coisa natural querer conquistar novos estados; os que o podem fazer e o fizerem, serão sempre louvados; mas os que não podem e querem fazê-lo a qualquer custo, cometem grave êrro e serão desaprovados por todos.

A França engrandeceu, na Itália, a Igreja e a Espanha, e estas, por sua vez, causaram a ruína da França na Itália. Dês-te fato se pode tirar uma regra geral de política, a qual nunca ou raramente falha: quem torna alguém poderoso, rui, porque o novo poderoso desconfia de quem o tornou tal.

A história mostra que há dois sistemas diferentes de governar: o despotismo absoluto, em que todo o poder está concentrado no rei — como no caso de Dario; ou a monarquia de tipo feudal, em que o rei governa por meio dos barões — como no caso da França. Alexandre Magno travou guerras terríveis para conquistar o reino de Dario; mas, uma vez conquistado, sendo morto Dario, o povo não se revoltou contra os sucessores de Alexandre, por ser governado como escravo e sem liberdade. As coisas correm diversamente nos reinos de tipo francês. Aqui é fácil entrar, convidado por algum dos barões insatisfeitos; mas depois de entrado, é quase impossível ficar. Com efeito, mesmo após a eliminação da dinastia real, ficam os barões acostumados a mandar e viver em liberdade, sempre prontos a chefiar revoltas, não sendo possível contentar ou eliminar todos êles.

Para o príncipe conservar os estados conquistados, quando antes acostumados a viver em liberdade e conforme suas leis, é preciso: destruí-los, ou ir habitar nêles, ou criar dentro dêles uma oligarquia amiga que os governe, a fim de tirar vantagens econômicas. Na verdade, quando o estado conquistado fôr uma

república livre, deve ser destruída pelo príncipe, porque do contrário, será êle destruído pela república conquistada; se fôr, porém, um principado, será suficiente eliminar a família do governante.

Os principados totalmente novos, conquistados pelas armas e pelo valor, serão facilmente conservados se o príncipe fôr valente e armado; do contrário, os perderá. De fato, é coisa muito difícil tornar-se chefe e impor novas organizações sociais; se o príncipe não estiver em condições de obrigar os súditos pela fôrça, quando se revoltarem, ruirá. Pois, os profetas armados raro periclitam, os desarmados são abatidos.

O príncipe que conquistar um estado pelas armas e vontade de outrem, ou por fortuna, tem que lutar pouco para a conquista, mas muito para se manter no poder. Com efeito, êste príncipe fica sempre ao léu da fortuna ou na dependência dos que lhe ofereceram o principado, a não ser que tenha capacidades e valor extraordinários.

Às vêzes um indvíduo particular pode tornar-se príncipe praticando crimes nefandos. Não se pode ainda chamar de virtude matar os cidadãos, atraíçoar os amigos, violar a palavra dada, ser sem piedade, sem religião. Êstes modos de agir podem fazer com que alguém conquiste império, mas não glória. Quem conquistar o estado com êstes meios, deve praticar tôdas as ofensas no comêço, de uma vez, e não aos poucos, ficando sempre com a faca na mão. Pois, praticados todos os crimes de uma vez, êsse príncipe deve procurar fazer com que os súditos esqueçam seus massacres, fazendo-lhes favores e ganhando-lhes a simpatia. As injúrias têm que ser feitas tôdas de uma vez, para que ofendam menos; os favores têm que ser feitos paulatinamente a fim de que sejam saboreados melhor.

Quando um cidadão particular se torna príncipe de sua pátria pelo favor de seus concidadãos, há lugar o principado civil. Esta forma de principado nasce quando os grandes, querendo oprimir o povo, escolhem um dentre êles que o faça; ou então, quando o povo, não se podendo defender contra os grandes, escolhe um homem popular que o defenda contra a opressão dêles. Quem se torna príncipe com o favor dos grandes, se mantém com mais dificuldade, porque rodeado de muitos que pretendem ser-lhe iguais, e não os pode manusear como quer. Ao invés, quando um homem popular é feito príncipe pelo povo, está sózinho no governo, todos lhe obedecem, pedindo sómente defesa contra a opressão dos grandes. Em ambos os casos, o príncipe procure granjear o favor do povo, porque certamente ruirá se o povo o abandonar. Êsses principados civis periclitam quando querem tornar-se despóticos. Pois, semelhante príncipe não se pode basear no que vê nos tempos quietos, quando cada cidadão lhe é obediente, corre, promete, quer morrer para êle, sendo a morte distante. Mas, no perigo, tudo corre bem diver-

samente. Procure o príncipe civil fazer com que os súditos precisem sempre dêle, e, destarte, todos lhe ficarão fiéis.

Para defender seu estado, qualquer príncipe está numa destas situações: ou tem tropas suficientes para defender todo o seu território, ou então é obrigado a retirar-se de alguma cidade fortalecida. Neste segundo caso, o príncipe será vitorioso se tiver meios de defesa e víveres de reserva. Raro o cerco durará mais de um ano. O território será devastado no comêço, quando os ânimos estão dispostos a lutar; depois os súditos, para recuperar suas coisas, ficarão fiéis ao príncipe, estreitando-se em torno dêle. Se o príncipe fôr valente e animoso, superará as dificuldades, mostrando aos súditos que o mal será curto, alimentando as esperanças do futuro, salientando a crueldade do inimigo, prometendo a todos a recuperação dos haveres. Destarte o príncipe poderá manter seu estado.

Resta falar sómente dos principados eclesiásticos. As dificuldades, aqui, estão só antes da conquista. Conquistados por virtude ou por fortuna, êsses principados sem elas são mantidos, sendo sustentados pelas instituições antigas da religião, tão poderosas e firmes que mantêm seus príncipes à testa do estado, seja qual fôr seu modo de proceder e de viver. Sòmente êles têm estados e não os defendem; súditos e não os governam. Os estados, por não serem defendidos, não lhes são tirados; os súditos, por não serem governados, não se importam com os príncipes. Êsses estados sómente são felizes e seguros. Sendo tais estados regidos por causas superiores, que escapam à mente humana, é supérfluo falar dêles. Visto que são constituídos e mantidos por Deus, seria tarefa de homem presunçoso e temerário discursar sóbre êles.

II. A segunda parte do **Príncipe** trata das milícias. Tôdas as formas de estado têm que ter, além de boas leis, também boas milícias.

O príncipe defende seu estado com milícias próprias, ou mercenárias, ou auxiliares, ou mistas. As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas. As mercenárias despojam o príncipe na paz, e fogem na guerra; elas servem o príncipe pelo salário, que não é suficiente a fazer com que elas queiram morrer na batalha. As auxiliares são mais perigosas ainda do que as mercenárias, porque unidas e dependentes de um príncipe estrangeiro; de sorte que causam quase sempre a ruína de quem a elas recorre. As mercenárias são perigosas pela preguiça, as auxiliares pelo valor.

Um príncipe sábio, portanto, deve servir-se de tropas próprias, se quiser manter-se no poder. Sendo a questão das milícias de grande importância, o príncipe deve sempre pensar nela e na guerra. Pois a guerra é a única coisa que lhe condiz. Com a guerra até indivíduos particulares conquistaram principados, e

príncipes perderam o estado por não terem pensado continuamente na guerra.

III. Na terceira parte da obra, Maquiavel trata de como deve comportar-se um príncipe para com os súditos e os amigos. É a parte mais debatida e incriminada do **Príncipe**.

Muitos escreveram sobre o assunto, diz Maquiavel, mas de um modo teórico e, portanto, fantástico. Falaram de estados e repúblicas que nunca existiram na realidade, mas sómente na imaginação dêles. Querendo, portanto, escrever coisa útil para quem tiver capacidade de a entender, pareceu melhor ao Autor limitar sua indagação "alla verità effettuale della cosa" e não ir atrás da sua imaginação.

"Molti si sono imaginati repubbliche e principati che non si sono mai visti né conosciuti essere in vero; perché egli è tanto discosto da come si vive a come si doverebbe vivere, che colui che lascia quello che si fa per quello che si doverebbe fare impara piuttosto la ruina che la perservazione sua: perché uno uomo, che voglia fare in tutte le parte professione di buono, conviene ruini infra tanti che non sono buoni. Onde è necessario a uno principe, volendosi mantenere, imparare a potere essere non buono, e usarlo e non l'usare secondo la necessità" (31).

Todos os homens, especialmente os príncipes, têm qualidades boas e más; melhor seria que, no príncipe, se encontrassem sómente as qualidades boas, mas visto que é impossível, pela condição humana que não o consente, deve êle evitar sómente os vícios que lhe poderiam tirar o estado, e abandonar-se aos vícios sem os quais dificilmente poderia salvá-lo.

Um príncipe deve ser considerado liberal, mas doando tão-somente os haveres dos outros e não os seus, porque, neste caso, tornar-se-ia pobre e, por conseguinte, desprezado.

Seria melhor que o príncipe fôsse considerado compassivo e não cruel. No entanto, não se importe com a fama de cruel, quando a crueldade é útil para conservar o estado. Os homens respeitam mais quem se faz temer, sem despertar o ódio. O príncipe conseguirá isto respeitando as mulheres e, especialmente, os haveres dos súditos, porque os homens esquecem mais de presa a morte do pai do que a perda do patrimônio.

31) **II Príncipe**, XV.

"Quanto sia laudabile in uno principe mantenere la fede e vivere con integrità e non con astuzia, ciascuno lo intende; nondimanco, si vede per esperienza ne' tempi nostri quelli principi avere fatto gran cose che della fede hanno tenuto poco conto, e che hanno saputo con l'astuzia aggirare e' cervelli degli uomini; e alla fine hanno superato quelli che si sono fondati in sulla lealtà" (32).

Procure o príncipe, portanto, combater os adversários com as leis — o que é próprio do homem; e quando necessário fôr, com a fôrça bruta — o que é próprio dos animais. Imita, pois, o leão e a rapôsa; isto é, use da fôrça bruta ou da fraude conforme as circunstâncias. O leão, só com a fôrça, não sabe defender-se contra as armadilhas; tem que recorrer à astúcia da rapôsa que, recorrendo à fraude, se defende contra os lôbos, mais fortes do que ela.

"Non può, pertanto, uno signore prudente né debbe osservare la fede, quando tale osservanza li torni contro e che sono spente le cagioni che la feciono promettere. E, se gli uomini fussino tutti buoni, questo preccetto non sarebbe buono; ma, perché sono tristi e non la osservarebbono a te, tu etiam non l'hai ad osservare a loro. Né mai a uno principe mancorono cagioni legittime di colorire la inosservanza" (33).

Um príncipe deve, portanto, parecer misericordioso, fiel, humano, íntegro, religioso e sê-lo; mas deve ser tudo o contrário quando a manutenção do estado o exigir. Seja, pois, grande simulador, porque os homens são tão tolos que quem engana acha sempre quem se deixa enganar.

"Facci dunque uno principe di vincere e mantenere lo stato: e' mezzi saranno sempre iudicati onorevoli e da ciascuno laudati; perché il vulgo ne va sempre preso con quello che pare e con lo evento della cosa; e nel mondo non è se non vulgo" (34).

O príncipe deve, afinal, evitar tudo o que o pode tornar odioso diante do povo; combater dentro do estado tudo o que poderia tirar-lhe o poder; estar sempre em guarda contra os poderosos que estão fora do estado. Sendo amado pelo povo, não

32) *Il Principe*, XVIII.

33) *Il Principe*, XVIII.

34) *Il Principe*, XVIII.

haverá perigo de conjurações, e possuindo um bom exército próprio e aliados, defender-se-á contra os inimigos de fora.

Faça tudo o possível o príncipe para armar os súditos afeiçoados e desarmar sempre os inimigos. Nenhuma coisa torna o príncipe mais estimado do que os grandes empreendimentos; na política interna faça coisas extraordinárias que o engrandecam; na política externa tome partido firme em favor de quem é mais poderoso e amigo. Faça com que os súditos possam exercer tranquilamente seus negócios, e ofereça ao povo espetáculos e diversões. Tem grande importância a escolha dos ministros, e os súditos julgam o príncipe pelo tipo de pessoas de que se rodeia. Se um ministro pensa mais em si do que no príncipe, deve ser afastado, porque é certo que tal ministro procura o seu interesse e a ruína do príncipe.

Evite a peste dos aduladores, e tome conselhos dos homens sábios, mas quando ele quer, e não quando eles querem. Saiba, porém, que seus conselheiros procurarão sempre o interesse dêles, visto que os homens são sempre maus, se alguma necessidade não os torna forçosamente bons.

Os príncipes da Itália que perderam seus estados, devem culpar-se a si mesmos, porque não observaram os preceitos e os conselhos contidos no **Príncipe**. Muitos pensaram que as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus; julgaram, por conseguinte, que o príncipe não deve matar-se a si mesmo com as preocupações do governo, mas confiar na sorte. Maquiavel diz que, às vezes, ele mesmo estava inclinado a pensar desta forma. Mas a verdade é diferente. A fortuna, a sorte governam, por vezes, nossas ações; nosso livre arbítrio, porém, é o artifício verdadeiro dos acontecimentos.

No capítulo final, Maquiavel exorta os príncipes italianos a serrar fileiras em torno da poderosa casa dos Médicis, que parece ter, no momento, uma especial proteção de Deus, a fim de libertar a península mediterrânea dos povos invasores. Com efeito, tornaram êles a Itália mais escrava de que os Hebreus, mais oprimida do que os Persas, mais desagregada do que os Atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, despojada, dilacerada, coberta de ruínas fumegantes.

5. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Maquiavel ocupa um lugar de destaque na literatura italiana, e pode ser considerado o maior prosador que teve a Itália nos fins de Quattrocentos e começos de Quinhentos. E isto fica de pé, apesar de sua língua ter certo timbre popular e desenvoltura libertária, que não chegaram a prejudicar a elegância literária da expressão.

Suas idéias sobre a questão da língua, que manteve em polvorosa os literatos de Quinhentos, são válidas e bem estruturadas, no conjunto, embora a tradição não tenha aceito a opinião de Maquiavel, que pretendia chamar de "língua florentina" a língua italiana.

Como historiador, Maquiavel não alcançou o valor e os méritos que granjeou como literato. Na verdade, por vezes, alterou os fatos, de propósito, para curvá-los a servir de provas para suas teorias políticas. Mesmo assim, as **Istorie fiorentine** ficam uma obra de vulto e preciosa.

Maquiavel, digam o que queiram alguns de seus apologistas, não foi um filósofo, no sentido verdadeiro da palavra. Nem ele tinha esta pretensão. Mas seu pensamento político presta-se à construção de uma filosofia política que, variamente ampliada pelos seus continuadores, anda pelo mundo com o nome de maquiavelismo. Contudo, é ato de justiça para com Maquiavel, não atribuir ao autor florentino tudo o que vai sob o rótulo de maquiavelismo.

O pensamento político de Maquiavel está, especialmente, no *Principe*, um livro vulcânico pelos assuntos que versa. Não é coisa fácil, no entanto, penetrar sempre exatamente no sentido desta obra. Papini o entendeu assim: "Quando o naturalista escreve um livro sobre os tigres e os jaguares ninguém pode exigir que atribua a estes elegantes felinos os costumes dos coelhos e dos castores e, pela mesma razão, ninguém pode pregar na cruz Maquiavel se, querendo escrever um tratado sobre os príncipes e tendo diante dos olhos os senhores da Renascença, não os pintou como outros tantos amorosos pastores obedientes aos princípios da caridade, da justiça e da democracia. Ele diz: se nestes tempos, dadas estas condições dos homens e dos estados, alguém quer se tornar príncipe ou, se já o é, tal quer ficar a despeito dos inimigos, deve comportar-se desta maneira, e ter presentes estes preceitos tirados da experiência. E não quero dizer se estes preceitos são cristãos ou pagãos, morais ou imorais, angélicos ou infames: mas são os que se ajustam à finalidade e isto basta" (35). Embora demasiadamente categórico, pode-se dizer que há muita substância de verdade neste juízo sobre o **Principe**. Maquiavel viveu numa época de ferro, por um lado esplendorosa e por outro lado briguenta, nefanda, sanguinária, retumbante de guerras, manchada de traições para a Itália (36). E' uma circunstância que não deve ser esquecida para a justa compreensão de Maquiavel. Não nega ele a possibilidade de um mundo político estruturado numa concepção transcendente da realidade.

35) Giovanni PAPINI, **ob. cit.**, p. 92.

36) Além das guerras entre a França e a Espanha, travadas na península, a Itália vivia os tempos de Alexandre VI e de César Bórgia.

Desta concepção transcendente quis êle, porém, prescindir completamente na sua indagação, e separando assim a política da ética deslustrou e tornou caduca grande parte de seu pensamento político.

Mais uma crítica, dialèticamente irrespondível, da racionalização técnica da vida política, alicerçada nos moldes maquiavélicos, foi feita, ainda há pouco, por Maritain (37). A fôrça do maquiavelismo provém das contínuas vitórias dos meios perversos no mundo político, e da opinião de que os príncipes e as nações que respeitam a justiça são escravizados por aquêles que confiam na perfídia e praticam a violência. Mas, na verdade, é possível praticar a justiça e ser forte e prudente.

Mesmo numa sociedade regressiva e bárbara, em que a humanidade fôsse forçada a viver num universo concentracionário, como num imenso campo de Buchenwald, a única possível salvação pode vir sómente da observância da lei moral. "A pior tentação que se depara à humanidade, nas épocas de noite escura e de crise universal, é abandonar a Razão Moral" (38). O homem não pode abdicar impunemente de sua natureza, que não é a das feras. As tentativas feitas para viver como as feras, custaram sangue à humanidade, que sempre teve que voltar aos Princípios da ética para sair do caos em que a lançaram aquelas tentativas de vida animalesca ou teromorfa.

E' possível criticar as doutrinas políticas de Maquiavel, mas únicamente com base numa concepção transcendente da vida e do homem. Quem admite só uma concepção materialista da realidade não pode, na lógica de seu sistema, criticar ou recusar Maquiavel, cuja filosofia política "não está em contraste com a ética humanista e imanentista, que não tem fim transcidente e leis morais estáveis" (39).

O **Principe** versa problemas universais, pois, e sempre de premente atualidade. Ontem como hoje, há homens que pretendem governar a qualquer custo (40), não recuam diante de nenhum obstáculo e chegam até cercear qualquer pensamento di-

37) Cf. Jacques MARITAIN, *ob. cit.*, ps. 70-90.

38) Jacques MARITAIN, *ob. cit.*, p. 90.

39) U. PADOVANI-L. CASTAGNOLA, *História da Filosofia*, São Paulo, 1967, 7.ª edição, p. 273.

40) Os chefes comunistas, que pretendiam ser os defensores do povo, são os mais sedentos de mando e os mais agarrados ao poder. Basta ler o que escreve Svetlana, filha de Stalin. "Penso que a principal influência maléfica (sobre meu pai) tenha sido aquela terrível luta pelo poder que êle travou durante toda a vida". Cf. *Perché sono fuggita*, em *Epoca* Milão, 1967, N.º 884, p. 39.

vergente para segurar nas mãos o poder (41). Nem se pode dizer que tamanho zêlo tenha por movente a promoção do bem-estar popular ou o interesse dos súditos.

Uma correta filosofia da política tem muito que esclarecer aos povos do nosso século. Se Maquiavel oferecer ocasião para solucionar satisfatoriamente os problemas políticos, terá contribuído, também ele, para o nosso melhoramento.

41) Milovan Djilas, já teórico da filosofia política comunista, escreve na sua obra **A Nova Classe**: "A aniquilação de todo o pensamento divergente, o monopólio do pensamento com o propósito de defender seus interesses pessoais, levarão os comunistas à cruz da vergonha na história". M. D. **A Nova Classe**, tradução de Waltensir DUTRA, Rio de Janeiro, 1958, p. 204.